



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: **0003189-44.2017.8.26.0566 - 2017/000954**
 Classe - Assunto: **Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Posse de Drogas para Consumo Pessoal**
 Documento de Origem: **TC, OF, BO, IP - 031/2017 - DISE - Delegacia de Investigações Sobre Entorpecentes de São Carlos, 376/2017 - DISE - Delegacia de Investigações Sobre Entorpecentes de São Carlos, 49/2017 - DISE - Delegacia de Investigações Sobre Entorpecentes de São Carlos, 56/2017 - DISE - Delegacia de Investigações Sobre Entorpecentes de São Carlos**
 Réu: **RULYFER BORGES DA SILVA**
 Data da Audiência: **23/07/2018**

Audiência de instrução e julgamento nos autos do processo acima mencionado que a Justiça Pública move em face de **RULYFER BORGES DA SILVA**, realizada no dia 23 de julho de 2018, sob a presidência do **DR. CLAUDIO DO PRADO AMARAL**, MM. Juiz de Direito. Apregoados, verificou-se a presença do **DR. MARCELO BUFFULIN MIZUNO**, DD. Promotor de Justiça; a presença do acusado, devidamente escoltado, acompanhado do Defensor Público **DR. JOEMAR RODRIGO FREITAS**. Iniciados os trabalhos, questionada a escolta acerca da necessidade da manutenção da algema, esta afirmou que não poderia garantir a segurança do ato processual, do próprio imputado e de todos os presentes, por sua insuficiência numérica. Diante disso, e cabendo ao Juiz Presidente regular os trabalhos em audiência, foi determinada a manutenção das algemas como a única forma de se resguardar a integridade dos presentes e, principalmente, do próprio imputado, nos termos da Súmula Vinculante nº 11, do STF. Em seguida, pelo MM Juiz foi indagado a acusação e a defesa se concordam que as perguntas sejam feitas inicialmente pelo Juiz, passando-se a seguir, às reperguntas pelas partes. Acusação e Defesa responderam que concordam. Então, foi inquirida a testemunha **JOÃO RAFAEL SAKADAUSKA FERREIRA**. Por fim, foi realizado o interrogatório do acusado, nessa ordem, para assegurar a ampla defesa (*Depoimentos registrados por meio audiovisual, de acordo com o previsto no artigo 405, § 1º do Código de Processo Penal, tendo sido juntados aos autos em consonância com os artigos 150 e 1.270 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça*). Após, não havendo outras provas a serem produzidas, o MM Juiz determinou que se passasse aos debates orais, os quais foram realizados em mídia digital (*Conteúdo captado pelo registro audiovisual, tendo sido juntado aos autos de acordo com o artigo 150 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça*). A seguir o MM. Juiz proferiu a seguinte **SENTENÇA: Vistos, etc. RULYFER BORGES DA SILVA**, qualificado, foi denunciado como incurso no artigo 33, caput, c.c. §1º, II, da Lei 11.343/06. O réu foi citado e ofereceu resposta, não sendo o caso de absolvição sumária. Em audiência foi produzida a prova oral. Em alegações finais, o representante do Ministério Público requereu a parcial procedência da ação, com a desclassificação para o delito de porte de drogas para uso pessoal. A defesa reiterou a manifestação ministerial. **É o relatório. DECIDO.** Acolho os motivos expostos por



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

ambas as partes e os tomo como minhas razões de decidir, para desclassificar a acusação para aquela de porte de drogas para uso pessoal, prevista no artigo 28 da Lei 11.343/06. Inviável a transação e a suspensão, tendo em vista que o acusado encontra-se preso, cumprindo pena por outro fato. Passo a fixar a pena. Dentre as penas cominadas, aplico-lhe a de advertência. Ante o exposto, julgo procedente em parte o pedido contido na denúncia condenando-se o réu **RULYFER BORGES DA SILVA** à pena de **ADVERTÊNCIA**, por infração ao artigo 28 da Lei 11.343/06. Publicada em audiência saem os presentes intimados. Comunique-se. Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, _____, Luis Guilherme Pereira Borges, Escrevente Técnico Judiciário digitei e subscrevi.

Juiz(a) de Direito: **CLAUDIO DO PRADO AMARAL**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Promotor:

Acusado:

Defensor Público: